



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

1.1 Aquisição de um veículo automotor, do tipo SUV (Sport Utility Vehicle - Veículo Utilitário Esportivo), 0 (zero) km, ano/modelo 2024/2025, com quatro portas e capacidade para no mínimo cinco lugares, garantia de no mínimo 36 (trinta e seis meses), com as demais especificações conforme o termo de referência.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.179, de 13 de junho de 2022.

1.3 A descrição do objeto deverá estar em conformidade com o descrito nos itens **II** e **III** do Estudo Técnico Preliminar- ETP, conforme tabela abaixo:

DESCRÍÇÃO	UNIDAD E	QUAN TIDAD E	LOCAL DE EXECUÇÃ O	PRAZO DE EXECUÇÃ O
VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV: veículo automotor, do tipo SUV, 0 (zero) km, ano/modelo 2024/2025, tecnologia híbrido plug-in, com quatro portas e capacidade para cinco lugares, com no mínimo as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Motor a combustão, no mínimo 1,4, com no mínimo, potência 90 cv e motor elétrico com, no mínimo 160 cavalos• Distância entre eixos de no mínimo 2.705 mm;• Bateria com capacidade, de no mínimo 18 KWH que gere uma autonomia de no mínimo 60 km, sem a utilização do motor de combustão.• Potência combinada dos dois motores de, no mínimo, 180 cavalos;• Direção elétrica;• Tração dianteira,• Tanque de combustível com, no mínimo, 50 litros,• Porta-malas de no mínimo 500 litros com abertura interna,• Quatro portas e cinco lugares;	UNID.	1	Entrega na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço: Praça Hernani Pereira Scatolino,	30 (trinta) dias corridos a contar data da sessão do pregão presencial, para entrega do objeto, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 horas às 11:30 horas ou das 12:30 horas às 16:00 horas, por conta e risco da empresa;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.

<ul style="list-style-type: none">• Ar-condicionado com duas zonas;• Banco de motorista com ajuste de altura elétrico;<ul style="list-style-type: none">• Iluminação interna frontal e central, para sol para o motorista e passageiro, retrovisores com regulagem,• Rodas de liga leve;• Vidros dianteiros e traseiros elétricos;• Volante com regulagem de altura e profundidade,• Computador de bordo;• Kit multimídia; <p>Itens de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Desembaçador de vidros;• Air-bags (frontal passageiro e motorista, lateral dianteiras, cortina lateral dianteira e traseira);• Freio ABS;• Controle de tração;• Sistema de distribuição eletrônica de Frenagem;• Sistema de monitoramento de pressão nos pneus (TPMS);• Controle eletrônico de estabilidade;• Câmera 360º• Filtro de ar-condicionado;• Travamento automático das portas com veículo em movimento;• Limpador de para-brisa;• Sensor de estacionamento;• Desembaçador elétrico do vidro traseiro;• Farol de neblina;<ul style="list-style-type: none">• Apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura, apoios de cabeça traseiros,• Cintos de segurança dianteiros, traseiros laterais e central retráteis de 3 pontos<ul style="list-style-type: none">• Limpador de para-brisa.			50, Centro Santana da vargem, MG	inclusive a descarga.
---	--	--	---	-----------------------

VALOR ESTIMADO TOTAL: R\$ 233.596,67 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)- Média de mercado

VALOR TOTAL MÁXIMO A SER PAGO (conforme disponibilidade orçamentária) : R\$ 200.00,00 (duzentos mil reais)

1.4 Ciclo de vida:

A. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

Antes da montagem, há uma intensa fase de pesquisa e desenvolvimento, onde investe em tecnologias e inovações. Modelos híbridos e elétricos, são resultados de anos de pesquisa em eficiência energética e sustentabilidade. Durante essa fase, engenheiros e designers colaboram para integrar sistemas de propulsão elétrica, eficiência aerodinâmica, tecnologias de assistência ao motorista, e novos materiais para aumentar a durabilidade e reduzir o peso do veículo.

B. Design e Protótipos

O design é uma das primeiras etapas visíveis, com a criação de protótipos baseados nas necessidades dos consumidores e nas tendências do mercado. Durante essa fase, o veículo é testado em diversos cenários para garantir sua aerodinâmica, conforto e eficiência.

C. Montagem e Produção

A montagem dos veículos começa com a fabricação das peças, incluindo a carroceria, o sistema de propulsão (elétrico, híbrido ou a gasolina) e os componentes eletrônicos. Modelos híbridos e elétricos, incluem baterias de alta capacidade, que exigem um processo de montagem especializado. A produção envolve tanto a montagem física das peças quanto o teste de qualidade rigoroso para garantir que o carro atenda aos padrões de segurança e desempenho.

D. Lançamento

O lançamento de um novo modelo é um evento de marketing significativo. Através de campanhas de mídia, redes sociais e eventos para gerar entusiasmo e atrair consumidores. As empresas também realizam apresentações em feiras de automóveis e eventos de tecnologia, com o objetivo de aumentar a visibilidade e o apelo do modelo.

E. Vendas e Distribuição

Após o lançamento, o veículo entra na fase de vendas nas concessionárias que distribuem seus modelos. No caso dos híbridos, as vendas podem ser impulsionadas por incentivos governamentais, especialmente em países que oferecem benefícios fiscais para veículos com baixas emissões. A experiência de compra também envolve a escolha de pacotes de equipamentos e opcionais, que podem incluir upgrades



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

tecnológicos, como sistemas avançados de assistência ao motorista.

F. Reestilizações e Atualizações

As montadoras realizam reestilizações periódicas para atualizar o design e as características do veículo, mantendo-o competitivo no mercado. Essas reestilizações mantêm os carros modernos e atraentes para novos compradores, além de melhorar a eficiência e a segurança.

G. Inovações Tecnológicas

A empresas investem cada vez mais em novas tecnologias. Por exemplo, a introdução de tecnologias como a carregamento rápido para os modelos elétricos e a integração de inteligência artificial nos sistemas de infotainment estão na vanguarda das inovações.

H. Vida Útil e Manutenção

Durante o ciclo de vida do veículo, o proprietário realiza manutenções regulares. Para os modelos híbridos e elétricos, a manutenção é focada principalmente nas baterias e nos sistemas eletrônicos. As concessionárias também oferecem programas de garantia e serviços de manutenção para garantir que os veículos se mantenham em boas condições por mais tempo.

I. Descarte e Reciclagem

Ao final do ciclo de vida do veículo, os componentes são reciclados. As empresas deverão investir em processos de reciclagem, especialmente para as baterias dos modelos elétricos e híbridos, que são uma das partes mais desafiadoras do descarte devido aos seus materiais específicos.

1.5 Requisitos da contratação: Os requisitos da contratação estão detalhados neste termo de referência, bem como, no Estudo técnico preliminar- ETP, item III, 3, do qual se extrai:

A. Qualidade dos Produtos:

O veículo deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

1.1. Geral:

- Tipo: SUV (Sport Utility Vehicle - Veículo Utilitário Esportivo);
- Quilometragem: 0 (zero) km;
- Ano/Modelo: 2024/2025;
- Número de portas: Quatro (4);
- Capacidade: Cinco (5) lugares;
- Cor: Padrões disponíveis (preto, azul, branco, cinza ou similares);

1.2. Dimensões e Desempenho:

- Distância entre eixos: Mínimo de 2.705 mm;
- Potência combinada mínima: 180 cavalos;
- Tração: Dianteira;

1.3. Combustível e Autonomia:

- Capacidade do tanque de combustível: Mínimo de 50 litros;

1.4. Porta-malas:

- Capacidade mínima: 500 litros;
- Sistema de abertura: Interna e elétrica;

1.5. Conforto e Conveniência:

- Ar-condicionado com controle de duas zonas;
- Rodas de liga leve;
- Banco do motorista com ajuste de altura elétrico;
- Volante com regulagem de altura e profundidade;
- Computador de bordo;
- Sistema multimídia integrado (kit multimídia);

1.6. Iluminação e Acabamentos Internos:

- Iluminação interna frontal e central;
- Para-sol com espelho para motorista e passageiro;

1.7. Segurança e Controle:

- Vidros elétricos nos vidros dianteiros e traseiros;
- Retrovisores com regulagem elétrica;

2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- O veículo deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Santana da Vargem, devidamente licenciado e emplacado, com todos os documentos exigidos por lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

- Garantia mínima de 36 meses ou conforme padrão do fabricante;
- Manual de instruções em língua portuguesa e chave reserva.

B. Prazos de Entrega: a empresa contratada deve ser capaz de cumprir prazos de entrega estabelecidos no termo de referência, garantindo que os produtos estejam disponíveis dentro do tempo necessário para atender às demandas da Câmara Municipal.

C. A habilitação do fornecedor para que seja possível realizar o contrato com a Administração Pública. O fornecedor deverá estar qualificado a fornecer para a administração pública atendendo todos os requisitos de Habilidade exigidos na Lei14.133 de 2021 nos termos do artigo 62:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I – jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.”

D. A oferta de um preço vantajoso, compatível com o mercado.

Deverão estar incluídos nos preços ofertados, todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento da proposta.

E. A aceitação das condições do contrato da Administração pública para eventual contratação.

O contratado deverá declarar que aceita todos os termos do contrato Para eventual contratação.

F. Requisitos dos Contratos

O Contrato deverá ser formalizado nos termos do TÍTULO III da Lei 14.133/2024 que Regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

Será observado em especial

“Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como
a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

2 Da justificativa

2.1 Da justificativa da necessidade o objeto

O atual veículo automotor do órgão legislativo, ano/modelo 2015/2016, tem mais de 7 (sete) anos de uso e está demandando revisões cada vez mais caras e constantes, sem mencionar o fato de que possui tecnologia defasada em comparação com os automóveis mais modernos.

O Brasil ainda está em fase de implementação de locais para o abastecimento elétrico, o que poderá causar problemas de recarga durante as viagens, pois isto, foi escolhido do sistema híbrido, que mistura motor a combustão e motor elétrico.

Os automóveis com sistema híbrido tem apresentado maior confiabilidade, redução no consumo de combustível e, portanto, sendo ecologicamente menos poluentes, caso a bateria descarregar o veículo continuará funcionando com o motor a combustão.

A aquisição de um único veículo atende à demanda da Câmara, otimizando o uso compartilhado por vereadores e servidores em atividades institucionais, como reuniões, capacitações, cotações e agendas oficiais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

Os beneficiários diretos da aquisição do veículo, para deslocamentos representativos, institucionais e para fins de capacitação são os vereadores e o presidente da Câmara;

No que diz respeito as atividades administrativas, externas e de capacitação, tanto servidores quanto presidente da câmara.

2.2 Da justificativa quanto às descrições do objeto

Os SUVs são amplamente preferidos em relação aos sedans por oferecerem uma posição de condução elevada, que proporciona maior segurança. Essa característica permite ao motorista uma melhor visão do trânsito, além de conferir ao veículo maior robustez, tornando-o capaz de absorver impactos mais intensos em caso de acidentes. Estudos comprovam que ocupantes de SUVs têm 50% mais chances de escapar de acidentes sem ferimentos graves do que os passageiros de sedans.

A presença de **quatro portas** é essencial para o transporte confortável e ágil de mais de três pessoas, característica necessária ao uso institucional. Esse formato facilita o acesso ao veículo e é amplamente comum em SUVs, garantindo versatilidade e funcionalidade sem restringir as opções disponíveis no mercado. Por sua vez, a capacidade para cinco lugares é indispensável, já que atende plenamente às necessidades da administração. SUVs com capacidade inferior geralmente são modelos esportivos, que não se alinham ao perfil de uso público.

A distância entre eixos de no mínimo 2.705 mm foi estipulada para garantir maior conforto aos passageiros durante viagens prolongadas, como as realizadas para Brasília ou Belo Horizonte. Essa medida supera a do veículo atualmente utilizado, resolvendo os relatos de desconforto, especialmente em trajetos longos com ocupação total.

Quanto às cores, as opções foram delimitadas a tonalidades padrão, como preto, azul, branco e cinza, para garantir sobriedade e uniformidade, características esperadas em veículos de representação pública.

A tecnologia híbrida plug-in foi escolhida pela sua eficiência e sustentabilidade, combinando motores a combustão e elétricos que podem ser recarregados tanto em postos especializados quanto em tomadas domésticas. Essa flexibilidade oferece maior autonomia e desempenho superior ao de híbridos convencionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

A bateria do veículo deve ter, no mínimo, 18 kWh de capacidade, garantindo uma autonomia elétrica de 60 km sem auxílio do motor a combustão. Isso reduz significativamente o consumo de combustíveis fósseis e é adequado ao perfil de uso urbano e rodoviário do veículo. Complementarmente, a potência combinada de pelo menos 180 cavalos assegura desempenho adequado para o peso do veículo e a lotação total, superando a potência do modelo atual.

A direção elétrica é outro elemento importante, proporcionando maior suavidade na condução e eficiência energética, enquanto a tração dianteira garante melhor aproveitamento do espaço interno e custos operacionais reduzidos. O tanque de combustível com capacidade mínima de 50 litros foi escolhido para aumentar a autonomia em viagens longas, reduzindo a necessidade de paradas frequentes para abastecimento.

Por fim, o porta-malas de no mínimo 500 litros com abertura interna é essencial para acomodar bagagens de até cinco pessoas com conforto. O ar-condicionado com duas zonas foi incluído para assegurar climatização adequada para todos os ocupantes, e as rodas de liga leve foram selecionadas por reduzirem o peso do veículo, melhorando o desempenho e a economia de combustível.

Adicionalmente, o veículo contará com características que embora comuns a maioria dos veículos, são essenciais para assegurar conforto e funcionalidade. Entre elas estão o banco do motorista com ajuste elétrico de altura, iluminação interna frontal e central, para-sol para motorista e passageiro, retrovisores com regulagem, vidros elétricos dianteiros e traseiros, volante ajustável em altura e profundidade, computador de bordo e kit multimídia. Esses itens são amplamente presentes em veículos modernos e cumprem as exigências mínimas de conforto e tecnologia para atender adequadamente às demandas institucionais.

2.3 Da justificativa quanto à sustentabilidade

Dentre os resultados pretendidos estão o aumento da segurança no transporte, a redução de custos com manutenção e paradas imprevistas, a garantia de eficiência e pontualidade nas agendas e sustentabilidade

A escolha de um veículo híbrido reflete uma análise criteriosa quanto à sustentabilidade, eficiência e confiabilidade. Os modelos híbridos, que combinam motores a combustão e elétricos, são reconhecidos por sua economia de combustível e menor emissão de poluentes, contribuindo para a preservação ambiental e alinhando-se a princípios de sustentabilidade, essenciais em políticas públicas modernas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

Veículos híbridos reduzem significativamente a emissão de gases de efeito estufa quando comparados aos modelos exclusivamente a combustão. Além disso, durante a utilização do motor elétrico em baixas velocidades ou trânsito urbano, há menor consumo de combustíveis fósseis. Essa característica apoia iniciativas de proteção ambiental e reforça o compromisso da Câmara com práticas mais sustentáveis.

A combinação de motores permite maior segurança em viagens de longa distância, considerando que o motor a combustão entra em operação automaticamente quando a bateria elétrica se esgota. Isso é crucial em um país onde a infraestrutura de recarga elétrica ainda é limitada. Essa solução híbrida garante autonomia e confiabilidade, evitando interrupções em deslocamentos extensos para Brasília ou Belo Horizonte, rotas frequentemente realizadas.

A tecnologia embarcada nos híbridos permite maior controle de consumo e durabilidade dos componentes, reduzindo custos com combustível e manutenção. Esses veículos utilizam sistemas regenerativos que recarregam a bateria durante a frenagem, diminuindo a necessidade de abastecimento frequente e otimizando o uso do motor elétrico.

A Câmara Municipal precisa de um veículo capaz de atender as múltiplas funções administrativas e legislativas, como viagens para cursos, reuniões e eventos oficiais. A escolha de um híbrido combina a durabilidade necessária para alta rodagem e a eficiência indispensável para reduzir custos e impactos ambientais, atendendo com excelência às demandas operacionais.

Essa escolha reforça a imagem institucional, demonstrando compromisso com a inovação, sustentabilidade e responsabilidade fiscal. O investimento em um veículo híbrido assegura não apenas a funcionalidade presente, mas também a visão de futuro necessária para atender às expectativas crescentes da sociedade e da administração pública moderna.

A escolha de um veículo híbrido representa um compromisso direto com a sustentabilidade, alinhando-se aos princípios destacados pela Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que prioriza soluções sustentáveis em compras públicas. Ao reduzir significativamente as emissões de poluentes graças ao uso combinado de motor elétrico e a combustão, os veículos híbridos promovem uma menor dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para a preservação ambiental. Essa escolha também reflete uma gestão pública moderna e responsável, incentivando práticas inovadoras e sustentáveis em consonância com os desafios ambientais e sociais contemporâneos.

2.4. Será realizada a contratação por item, com o critério MENOR PREÇO POR ITEM (ITEM ÚNICO), tendo em vista a similaridade dos itens. Esta estratégia permitirá uma maior concorrência e



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

consequentemente, a aquisição eficiente e simplificada dos serviços/produtos, otimizando a gestão e facilitando a administração contratual.

2.5 A contratação fundamenta-se no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal n.º Instrução Normativa n.º 001/2024 do Controladoria Interna, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3 Da seleção do Fornecedor

3.1 O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de CONTRATAÇÃO por PREGÃO PRESENCIAL, na modalidade menor preço unitário (item único).

3.2 A prestação dos serviços/Aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital do Pregão.

3.4 Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

3.4.1 A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.4.2 A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.4.3 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

3.4.4 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

3.4.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

3.4.6 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4 Da Amostra

4.1 Não será necessário envio de amostras.

5 Da Vigência

5.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) publicação do extrato, porém os efeitos da contratação perduraram durante todo o período de garantia que deverá ser de no mínimo 36 (trinta e seis) meses.

6 Da Gestão do Contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações serão feitas exclusivamente por meios eletrônicos (e-mail e/ou WhatsApp) e serão consideradas válidas após **02 (dois) dias úteis** do seu envio, mesmo sem a confirmação de leitura.

6.4 A Câmara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Camara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21 De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, consequentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, têm-se nomeados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato:

Gestor: Diretor da Câmara Municipal de Santana da Vargem

Fiscal técnico: Diretor da Câmara Municipal de Santana tá Vargem

6.22 Ainda, tem-se que, os servidores nomeados aos cargos de gestão e fiscalização da presente contratação possuem nítido conhecimento na área, de modo que se tornam capazes de aferir a qualidade do produto/serviço a ser prestado



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

7 Da Entrega e Garantia

7.1 Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de forma integral.

7.2 A CONTRATADA terá o prazo de até 30 (**trinta**) dias corridos a contar data da sessão do pregão presencial, para entrega do objeto, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 horas às 11:30 horas ou das 12:30 horas às 16:00 horas, por conta e risco da empresa; inclusive a descarga.

7.3 Ao receber o e-mail e/ou WhatsApp, com a Ordem de Fornecimento, a licitante deverá responder acusando o recebimento. **A licitante vencedora tem até 2 (dois) dias úteis para acusar o recebimento. Após este prazo, será admitido como recebido.**

7.4 O objeto deverá ser entregue na Praça Prefeito Hernani Pereira Scatolino, nº 50, Centro, Santana da Vargem/MG ou retirados no estabelecimento (a critério da Câmara Municipal de Santana da Vargem).

7.5 As entregas ou execuções que forem feitas fora do prazo mencionado acima, só serão aceitas, desde que seja apresentado o devido pedido de prorrogação de entrega, que será analisado por esta Câmara Municipal, para ulterior confirmação ou então sobre a impossibilidade de estender o prazo, sem prejuízo, neste último caso, da aplicação das sanções cabíveis; ficando a Câmara Municipal isenta de qualquer responsabilidade.

7.6 As entregas que, porventura, não possam ser realizadas dentro do horário normal de expediente da Autarquia deverão ser programadas para outro horário, mediante prévia anuência da fiscalização da Câmara Municipal de Santana da Vargem, sem nenhum ônus adicional para a Administração Pública

7.7 Tratando-se de aquisição, os produtos deverão assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em Língua Portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

7.7. 1 Os produtos que por sua natureza e fruição ofereçam risco à saúde ou segurança deverão ser apresentados em embalagens seguras, nos termos exigidos pelo INMETRO, contendo todas as informações necessárias a seu respeito, de maneira ostensiva e adequada.

7.7.2. Não serão aceitos produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados ou em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.

7.8 No ato da entrega será procedida a avaliação da qualidade dos produtos licitados com relação à descrição, características especificadas no objeto do Edital.

7.9 Garantia mínima do objeto, não poderá ser inferior a **36 (trinta e seis meses).**

7.9.1 O licitante deverá comprovar a existência de uma rede de assistência técnica e manutenção credenciada pela marca do veículo ofertado, localizada dentro de um raio de até 200 km do município de Santana da Vargem/MG, com capacidade para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecer peças originais.

7.10 A garantia abrange qualquer conserto/substituição de peças e/ou equipamentos que apresentem desgaste prematuro e/ou defeitos de fabricação, bem como a mão de obra necessária para sua execução, sem acarretar ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de **07(sete) dias**, contados a partir da solicitação feita pela Câmara Municipal de Santana da Vargem/MG, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte dos servidores da CONTRATANTE. Em suma, todas as garantias serão asseguradas conforme preconizado no código do consumidor (Art. 24 da Lei nº 8078/1990), no manual do fabricante e demais normas vigentes que regem o tema.

7.11 No prazo máximo mencionado no subitem acima, a CONTRATADA ficará encarregada pela retirada do objeto na Câmara Municipal de Santana da Vargem, sendo que todos os custos decorrentes do transporte do objeto para conserto ou troca, correrão às custas da CONTRATADA.

7.12 Ao assinar o CONTRATO DE FORNECIMENTO ou ORDEM DE FORNECIMENTO, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer à Câmara Municipal de Santana da Vargem, o objeto que lhe foi adjudicado conforme especificações e condições contidas neste Edital e também na Proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.



8 Do Recebimento

8.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 7 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 Os produtos/serviços defeituosos que não oferecerem a segurança que dele legitimamente se espera, deverão ser substituídos no prazo de até **07 (sete) dias** pela CONTRATADA, e às suas expensas, contados a partir da solicitação feita pela Câmara Municipal de Santana da Vargem/MG, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

8.4 Os produtos considerados como duráveis que se apresentem impróprios ou inadequados ao uso a que se destina, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, tendo a Câmara Municipal de Santana da Vargem, o prazo de **07 (sete) dias** contados da data do recebimento, para reclamar a troca.

8.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.6 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.](http://santanadavargem.com.br)

8.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- b) o prazo de validade;
- c) a data da emissão;
- d) os dados do contrato e do órgão contratante;
- e) o período respectivo de execução do contrato;
- f) o valor a pagar; e
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

9 Do Pagamento

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

Devendo para isto a empresa vencedora apresentar Nota Fiscal Eletrônica demonstrando descrição correta dos itens, valores unitários e totais.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

O pagamento através de boleto bancário só será efetuado mediante o vencimento do boleto na apresentação.

A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a retenção de imposto de renda, bem como informar o regime tributário o qual a empresa está enquadrada, em consonância ao Decreto Municipal n.º 12.814 de 31 de julho de 2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento.

A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal os dados bancários para pagamento

9.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica correspondente emitida, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

9.3 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da CONTRATANTE, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

9.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA pelo representante da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

9.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10 Do Reajuste

10.1 Os contratos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021.

10.2 Após o período de 12 meses, poderá haver o reajuste dos valores pelo índice IPCA fornecido pelo IBGE, que será concedido após a solicitação da contratada.

10.3 Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pela Câmara Municipal, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diluição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos. Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do princípio, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

10.4 Conforme disposto no Caput do Artigo 129 da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando da alteração contratual para supressão de obras, bens e serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, ou ainda, ter prestado os serviços, estes deverão ser pagos pela Câmara Municipal de Santana da Vargem pelos custos regularmente comprovados e monetariamente reajustados,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

podendo ainda caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.5 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

11 Do valor da Contratação

11.1 A estimativa de valor para a presente contratação é de R\$ 233.596,67 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), média entre as pesquisas de mercado e o valor máximo a ser aceito pela Câmara Municipal de Santana da Vargem é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Esse limite financeiro foi definido para garantir o atendimento às necessidades da administração, respeitando o saldo orçamentário disponível e assegurando a continuidade dos demais processos em andamento. Propostas que excedam o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) serão desclassificadas.

11.2 O valor da proposta deve abranger os seguintes custos: impostos, encargos sociais e trabalhistas, entre outros custos que forem gerados para execução do serviço.

12 Da Dotação Orçamentária

12.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício financeiro vigente, e da correspondente no exercício subsequente.

Nota: DESPESA 6-4.4.90.52.00- Equipamentos e material permanente R\$226.985,02 (Duzentos e vinte e seis mil novecentos e oitenta e cinco reais e dois centavos).

13 Da Adequação ao Plano Anual de Contratações

13.1 Esta contratação está devidamente prevista e respaldada no Plano Anual de Contratações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

14 Da Garantia de Execução

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução .

15 Das Obrigações do Contratante (art 92,X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.3 Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o CONTRATO

15.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.5 Arcar com as despesas de publicação de extrato do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.

15.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

15.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.10 Cientificar o órgão de representação judicial do jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

15.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16 Das Obrigações do Contratado

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.4 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, durante toda a sua vigência;

16.5 Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade do (s) objeto (s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital.

16.6 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.

16.7 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.

16.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.11 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

16.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17 Das Infrações Administrativas e Sanções

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 17.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 17.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 17.3 dar causa à inexecução total do contrato;
 - 17.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 17.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 17.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 17.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 17.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 17.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 17.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, nos termos da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **15.13.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.15 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.17 A aplicação das sanções previstas no item **15.13.** deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.18 Na aplicação da sanção prevista no item 15.13, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.19 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item **15.13** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.20 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

17.21 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.22 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50
FONE (35) 3858 – 1229
Site: santanadavargem.

ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.23 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18 Das Normas de Regência

18.1 O presente procedimento licitatório é regido pela Lei 14.133/21, e regulamentações internas.

18.2 Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

19 Do Foro

19.1 As partes elegem o foro da comarca de Três Pontas -MG para dirimir quaisquer conflitos existentes dentre esta contratação

Santana da Vargem, 04 de Dezembro de 2024